

## **Experiências de Agroecologia em escolas do campo de territórios da Reforma Agrária**

 Kamila Karine dos Santos Wanderley<sup>1</sup>,  Dionara Soares Ribeiro<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Departamento de Educação. Campus III-UEPB. R. Governador Antônio Mariz, S/N - Areia Branca, Guarabira – PB. Brasil. <sup>2</sup> Escola Popular de Agroecologia e Agrofloresta Egídio Brunetto. Assentamento Jaci Rocha. Prado-BA. Brasil.

*Autor para correspondência/Author for correspondence: kamilakarinesw@gmail.com*

**RESUMO.** Este artigo resulta da sistematização de ações e experiências formativas do Projeto “Educação e Agroecologia nas Escolas do Campo de Territórios da Reforma Agrária”, iniciativa do MST em parceria com organizações parceiras. O estudo, de caráter descritivo e analítico, busca compreender os processos educativos construídos coletivamente e a integração da Agroecologia às práticas pedagógicas das escolas do campo. Adota abordagem qualitativa, fundamentada na sistematização de experiências (Holliday, 2012) e na pesquisa militante (Bringel & Varela, 2016), comprometida com os sujeitos e contextos envolvidos. Fundamentado em Caldart (2023), Ribeiro et al. (2017) e Sousa (2017), compreende a Agroecologia como processo político e pedagógico coletivo. As ações acompanhadas em onze escolas entre 2021 e 2024 evidenciam o fortalecimento dos Projetos Políticos Pedagógicos, o protagonismo de educadores(as) e estudantes e a valorização dos saberes territoriais. Conclui-se que a integração entre Agroecologia e Educação do Campo potencializa práticas emancipatórias nos territórios da Reforma Agrária.

**Palavras-chave:** agroecologia, educação do campo, reforma agrária, práticas, MST.

# Agroecology experiences in rural schools in agrarian reform territories

**ABSTRACT.** This article results from the systematization of actions and formative experiences within the project “Education and Agroecology in Rural Schools of Agrarian Reform Territories,” an initiative of the MST in partnership with allied organizations. The study, descriptive and analytical in nature, seeks to understand the collectively constructed educational processes and the integration of Agroecology into the pedagogical practices of rural schools. It adopts a qualitative approach, grounded in the systematization of experiences (Holliday, 2012) and militant research (Bringel & Varela, 2016), committed to the subjects and contexts involved. Based on Caldart (2023), Ribeiro et al. (2017), and Sousa (2017), it conceives Agroecology as a collective political and pedagogical process. The actions carried out in eleven schools between 2021 and 2024 demonstrate the strengthening of Political-Pedagogical Projects, the protagonism of educators and students, and the appreciation of territorial knowledge. It concludes that the integration between Agroecology and Rural Education enhances emancipatory practices within the territories of Agrarian Reform.

**Keywords:** agroecology, rural education, agrarian reform, practices, MST.

# Experiencias de agroecología en escuelas rurales en territorios de reforma agraria

**RESUMEN.** Este artículo resulta de la sistematización de acciones y experiencias formativas del Proyecto “Educación y Agroecología en las Escuelas del Campo de los Territorios de la Reforma Agraria”, una iniciativa del MST en colaboración con organizaciones asociadas. El estudio, de carácter descriptivo y analítico, busca comprender los procesos educativos contruidos colectivamente y la integración de la Agroecología en las prácticas pedagógicas de las escuelas del campo. Adopta un enfoque cualitativo, fundamentado en la sistematización de experiencias (Holliday, 2012) y en la investigación militante (Bringel y Varela, 2016), comprometida con los sujetos y contextos involucrados. Basado en Caldart (2023), Ribeiro et al. (2017) y Sousa (2017), comprende la Agroecología como un proceso político y pedagógico colectivo. Las acciones acompañadas en once escuelas entre 2021 y 2024 evidencian el fortalecimiento de los Proyectos Políticos Pedagógicos, el protagonismo de educadores(as) y estudiantes, y la valorización de los saberes territoriales. Se concluye que la integración entre Agroecología y Educación del Campo potencia prácticas emancipadoras en los territorios de la Reforma Agraria.

**Palabras clave:** agroecología, educación rural, reforma agraria, prácticas, MST.

## Introdução

Este artigo resulta da sistematização de ações e experiências formativas desenvolvidas no âmbito do Projeto “*Educação e Agroecologia nas Escolas do Campo de Territórios da Reforma Agrária*”, uma iniciativa do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) com apoio de organizações parceiras.

A proposta surge em um contexto de múltiplas crises: política, econômica e ambiental, que incidem diretamente sobre os territórios da Reforma Agrária e desafiam os processos educativos. A partir da perspectiva do MST, a Agroecologia não se limita a um modelo produtivo, mas constitui uma base formativa e política para a construção da Reforma Agrária Popular, articulando saberes, trabalho e luta social.

Nesse sentido, o artigo busca compreender como se desenvolveram as experiências em Agroecologia nas escolas do campo vinculadas ao MST, tomando-as como expressões concretas de uma prática educativa emancipatórias. A partir dessa perspectiva, definiram-se os seguintes objetivos: **Geral:** Sistematizar as ações e experiências desenvolvidas no Projeto *Educação e Agroecologia nas Escolas do Campo de Territórios da Reforma Agrária*, destacando suas contribuições para a formação docente, o fortalecimento das práticas pedagógicas e a valorização dos territórios da Reforma Agrária. **Específicos:** I -Mapear e descrever as experiências pedagógicas em Agroecologia desenvolvidas nas escolas do campo vinculadas ao MST; II -Sistematizar as ações formativas e educativas realizadas ao longo do projeto, organizando as aprendizagens coletivas e os processos desenvolvidos nas diferentes etapas e regiões; III - Analisar os elementos pedagógicos, políticos e organizativos que emergem dessas experiências, identificando como contribuem para o fortalecimento da Educação do Campo e da Reforma Agrária Popular.

Assim, o artigo não se configura como uma pesquisa empírica com sujeitos, mas como um registro e análise crítica das práticas pedagógicas em Agroecologia realizadas em onze escolas do campo, entre 2021 e 2024, em diferentes regiões do país. Adota-se, portanto, uma abordagem qualitativa, ancorada em técnicas que possibilitam uma compreensão situada e aprofundada do processo analisado. Entre os procedimentos metodológicos, destacam-se a sistematização de experiências (Holliday, 2012), voltada à organização e interpretação de vivências e práticas coletivas, e a pesquisa militante (Bringel & Varela, 2016), que proporcionou às pesquisadoras uma imersão crítica no contexto estudado, favorecendo uma leitura sensível das dinâmicas sociais, educativas e territoriais envolvidas. Essas estratégias metodológicas foram escolhidas com o intuito de compreender e tornar

visíveis os processos formativos e políticos vivenciados nas escolas, construindo uma narrativa comprometida com a realidade dos sujeitos e com a complexidade das práticas analisadas.

A inserção da Agroecologia nas escolas do MST é relativamente recente, ganhando força principalmente a partir do IV Congresso do Movimento, quando foi adotada como matriz produtiva e diretriz política para os assentamentos. Desde então, vêm sendo consolidadas ações formativas que buscam integrar esse paradigma à Educação Básica. A partir de 2015, iniciativas pioneiras no Sul e, posteriormente, no Nordeste do Brasil passaram a construir experiências pedagógicas com base agroecológica, como forma de enfrentamento ao modelo educacional empresarial vinculado ao agronegócio.

Desse modo, o projeto citado é uma expressão concreta do esforço coletivo em integrar práticas agroecológicas ao cotidiano das escolas do campo. Idealizado pelo MST, teve início em um contexto ainda marcado pela pandemia de Covid-19 e pelos desafios trazidos pelas reformas educacionais em curso. Sua proposta central é promover a participação ativa de crianças e adolescentes na construção de saberes e práticas agroecológicas, fortalecendo os Projetos Políticos Pedagógicos das escolas e a articulação entre os setores de educação e produção do Movimento.

Organizado em etapas ao longo de três anos, o Ciclo I (2021-2024) contou com o apoio financeiro do Instituto Cultivar e da organização alemã Terre des Hommes. Com a renovação do projeto, foi iniciado o Ciclo II, previsto para mais três anos a partir do final de 2024, garantindo a continuidade das ações planejadas.

A formação promovida tem buscado um impacto duradouro, contribuindo para a construção de uma educação comprometida com a justiça social, com a qualidade do ensino e com uma agroecologia entendida não apenas como uma técnica produtiva, mas como um projeto político. Assim, a agroecologia é concebida como instrumento de transformação das realidades do campo, fortalecendo a resistência à mercantilização da educação e às diversas formas de opressão vividas pelas(os) trabalhadoras(es) rurais. Na primeira etapa, foi realizado o mapeamento das realidades locais e a definição das onze escolas envolvidas, além da articulação com centros de formação e o coletivo do “Plano Nacional: Plantar Árvores, Produzir Alimentos Saudáveis”. Na segunda etapa, foram promovidas formações específicas sobre agroecologia para educadores(as) e estudantes, implementação de experiências nas escolas, intercâmbios e cursos básicos de Educação e Agroecologia. Já na terceira etapa, buscou-se consolidar essas práticas nos Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) e ampliar os intercâmbios, especialmente entre as crianças.

Para tanto, iniciaremos com algumas reflexões sobre a interface entre Educação e Agroecologia nas escolas do campo localizadas nos Territórios da Reforma Agrária, ancoradas em autoras(es) como Caldart (2023), Sousa (2017), Ribeiro, *et al* (2017), Araújo e Silva (2011), entre outros.

Na sequência, abordaremos o processo formativo em Agroecologia, destacando quatro momentos significativos que nos conduziram à problemática central desta escrita: Formações Nacionais – com ênfase na articulação entre a Coordenação Político-Pedagógica (CPP), os gestores escolares e os princípios da Agroecologia; Estudo do Dicionário de Agroecologia e Educação – como ferramenta para a ampliação do conhecimento e o fortalecimento dos coletivos escolares; Ações Formativas Locais – integrando teoria e prática no cotidiano escolar; Participação no Plano Nacional “Plantar Árvores, Produzir Alimentos Saudáveis”; e Cursos Básicos de Agroecologia e Educação – como ação estratégica de educação ambiental crítica e engajamento comunitário. Esses momentos compõem o percurso que nos permitiu analisar como a Agroecologia vem sendo integrada às práticas pedagógicas e quais sentidos essa integração assume na formação dos sujeitos do campo.

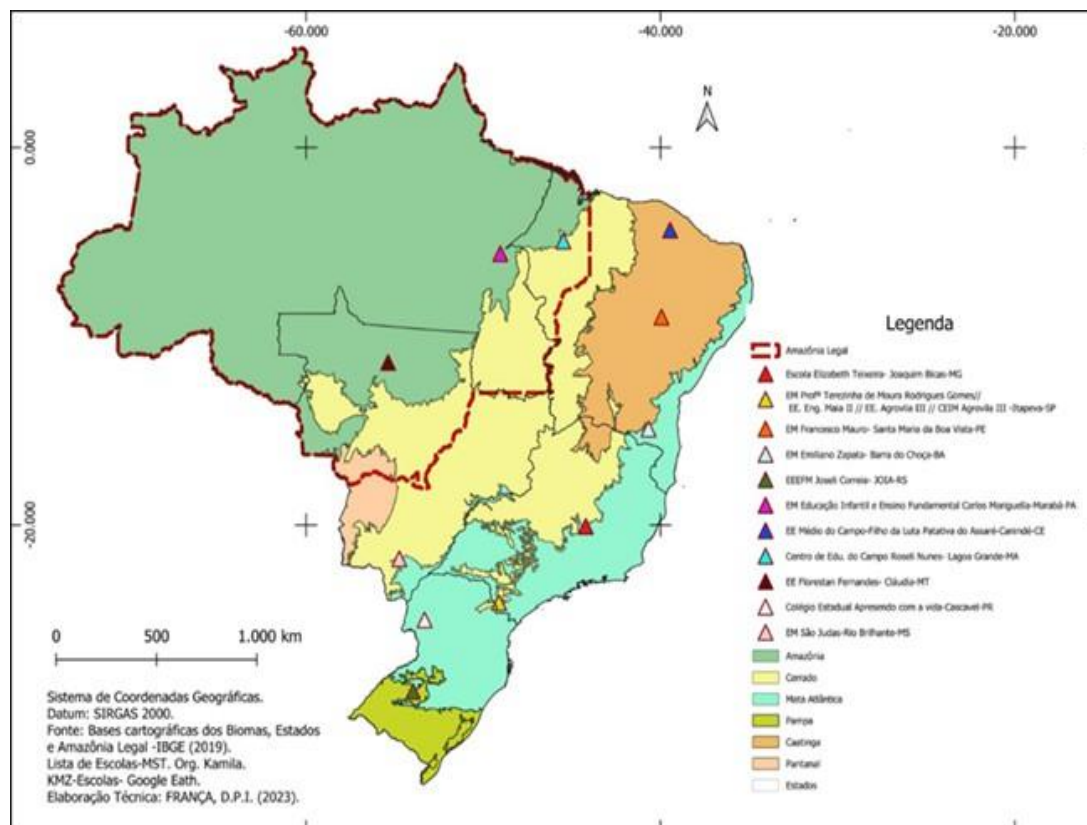
### **Educação e Agroecologia nas escolas do campo de Territórios da Reforma Agrária**

A Educação do Campo, conforme Sousa (2017), é fruto da luta histórica dos movimentos sociais e sindicais para integrar o campo nas políticas públicas, questionando o paradigma dominante da modernização do campo. Essa perspectiva se vincula à Agroecologia como uma proposta contra-hegemônica que valoriza o diálogo de saberes e os conhecimentos camponeses. Para o MST, a Educação do Campo e a Agroecologia não se limitam a aspectos técnicos, mas representam um projeto crítico e transformador que fortalece os movimentos sociais, incentiva práticas agroecológicas, e promove alimentos saudáveis, respeito ao meio ambiente, e melhoria das condições de vida.

Nesse contexto, a Reforma Agrária assume um papel central na construção de um projeto político e educacional emancipatório. É nesse cenário que se insere o projeto *Educação e Agroecologia nas Escolas do Campo de Territórios da Reforma Agrária*, articulando-se a uma proposta de desenvolvimento alternativo para o campo brasileiro, pautado na soberania dos povos do campo e na valorização de saberes e práticas agroecológicas. Essa proposta visa, portanto, criar uma proposta formativa que não apenas leve a Agroecologia às escolas do campo, mas também promova uma postura contra-hegemônica, alicerçada no diálogo de saberes e na valorização dos conhecimentos sociais e das identidades das(os) camponesas(es).

Nesse contexto, apresentamos a caracterização dos territórios onde essas escolas estão localizadas. A seguir, localização das onze escolas no Brasil:

Figura 1 – Localização das onze escolas no Brasil



Fonte: Sistematização elaborada pela autora (2023), com base em dados do IBGE de 2019.

O projeto foi inicialmente implementado nas 5 (cinco) regiões brasileiras, sendo 3 (três) escolas da região nordeste e (2) duas em cada uma das demais regiões, contemplando, ao todo, 11 (onze) escolas no Brasil. No que se refere às etapas de oferta de educação, as escolas estão classificadas em: 3 (três) escolas de educação infantil, 6 (seis) onde se ofertam ensino fundamental, 4 (quatro), ensino médio, e 1 (uma), a Educação de Jovens e Adultos (EJA), sendo 10 (dez) delas de assentamento e 1 (uma) de acampamento, envolvendo, nesse meio, 258 (duzentos e cinquenta e oito) professores e cerca de 2.305 (duas/dois mil e trezentas/os e cinco) estudantes (MST, 2024).

Entre os aspectos que merecem destaque, encontram-se os critérios coletivamente construídos para a seleção das escolas participantes. Esses critérios, voltados para as instituições, são descritos da seguinte forma:

... ter cem ou mais estudantes; ... ter vínculo orgânico com o MST, em especial com o setor de

educação; possuir um coletivo de educadores organizado no interior da escola; e desenvolver trabalho de educação em agroecologia em suas práticas pedagógicas ou ter potencial para o desenvolvimento deste trabalho (MST, 2022, p. 2).

Embora o direcionamento para as escolas tenha beneficiado algumas localidades, entendimento do Setor de Educação do MST, nesse momento histórico, é o seguinte: “desafio coletivo de “massificar” as práticas que já fazemos e, ao mesmo tempo, buscar realizar mais densamente a potência formativa das práticas já em andamento” (Caldart, 2023, p. 9). Em outras palavras, faz-se necessário compreender e valorizar as práticas já implementadas no cotidiano escolar que demonstram êxito, com o objetivo de fortalecer a construção da Pedagogia do Movimento.

Para a execução do projeto, que se vincula a este estudo, foi formado um coletivo representativo dos diversos setores envolvidos, incluindo o Setor de Educação em níveis nacional e estadual, bem como integrantes dos setores de produção, como o Plano Nacional Plantar Árvores, o Coletivo de Juventude, além de Escolas de Agroecologia e Centros de Formação. Assim, a Coordenação Político-Pedagógica (CPP), foi estruturada a partir da seguinte organização: a coordenação geral do projeto, um responsável pelo estado, um responsável pelo estado, um responsável pelo coletivo de juventude e um responsável pelo setor de produção e pelo Plano Nacional Plantar Árvores. A CPP tem como função principal o planejamento, a definição de orientações e a condução de discussões sobre as práticas pedagógicas e as ações em andamento, garantindo que todas as etapas do projeto estejam alinhadas com os princípios de organicidade, planejamento e caráter pedagógico.

A partir das sínteses elaboradas durante os encontros e reuniões do projeto, foi possível delinear um panorama sobre as escolas participantes. Esse levantamento inicial, que abrangeu o ano de 2022 e o primeiro semestre de 2023, permitiu identificar práticas vinculadas à Agroecologia e à Educação no âmbito nacional.

Com base nos formulários e materiais produzidos pelas instituições de ensino, foi possível sistematizar as práticas agroecológicas desenvolvidas, cujos resultados estão apresentados no Quadro 1. A implementação dessas práticas nas escolas, orientada pelo projeto, começou a ser planejada ainda no primeiro ano de execução. Nesse momento inicial, utilizou-se uma ferramenta de diagnóstico da realidade, com o objetivo de subsidiar a definição das ações a serem desenvolvidas.

Esse diagnóstico revelou que muitas escolas já possuíam arranjos produtivos agroecológicos em seus espaços, o que possibilitou potencializar e fortalecer experiências previamente existentes. A seguir, apresenta-se um quadro síntese com as experiências

implantadas e fomentadas durante o período de vigência do projeto.

Quadro 1 – Experiências mapeadas das escolas

Escola	Título da experiência prática	Detalhamento do arranjo produtivo
Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Joceli Correa	“Semeando Letras no Campo, produzindo alimentos saudáveis”	Construção de estufa para horta e viveiro, irrigação da horta e pomar.
Colégio Estadual Aprendendo com a Terra e com a Vida e Escola Municipal do Campo Zumbi dos Palmares	“Horta e Agrofloresta Escolar Comunitária Paulo Freire”	Instalação de horta protegida (sombrite); sistema de irrigação na horta e agrofloresta.
Escola Municipal Terezinha de Moura Rodrigues Gomes (e associadas)	“SAF como diversidade na produção de alimentos e preservação do meio ambiente”	Implantação de SAF com hortaliças, plantas medicinais e meliponias
Escola Municipal Elisabeth Texeira	“Arranjo produtivo Ana Primavesi”	Implantação de Viveiro de mudas e horta
Escola Estadual Florestan Fernandes	"Compostagem na Escola Estadual Florestan Fernandes como Ferramenta para a Educação Ambiental e Alimentar"	Implantação de um espaço destinado à separação do lixo e à compostagem; compostagem utilizada na horta e bosque
Escola Municipal São Judas	“Agrofloresta São Judas”	Implantação de agrofloresta e viveiro de mudas; aumento da área de árvores
Escola Municipal Emiliano Zapata	“A horta em formato de Mandala”	Instalação de horta mandala com galinheiro, viveiro e agricultura de sequeiro
Escola de Ensino Médio do Campo Filha da Luta Patativa do Assaré	Melhorias e ampliação das Unidades Produtivas do Campo Experimental da Agricultura Camponesa	Ampliação e proteção da horta (sombrite); apoio às demais unidades experimentais (suinocultura, piscicultura, aves)
Escola Municipal Francesco Mauro	“Viveiro escolar comunitário agroecológico”	Implantação de viveiro; reciclagem, compostagem e arborização
Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Carlos Marighella-PA	“Sistema Agroflorestal”	Sistema Agroflorestal, horta e viveiro de mudas

Centro de Educação do Campo Roseli Nunes-MA	Implantação da horta agroecológica em estufa e fortalecimento do sistema produtivo	Reorganização do espaço produtivo da escola (realocação da horta e aviário); construção de estrutura para proteção da horta contra as chuvas torrenciais (filme plástico) e o calor (sombrite); ampliação do viveiro; reativação do aviário
---	--	---

---

Fonte: Avaliação externa do projeto (2024)

Os relatórios de avaliação externa do projeto<sup>i</sup>, apresentam análises nos quais evidenciam que a implantação das experiências trouxe resultados pedagógicos significativos para as escolas e suas comunidades. O acesso a recursos para a compra de implementos e insumos permitiu o planejamento e a execução de atividades educativas em agroecologia de forma prática, algo que anteriormente dependia exclusivamente do esforço e dos recursos das próprias comunidades, uma vez que o sistema educacional não destinava verbas específicas para essas iniciativas. A presença de hortas em todas as escolas e de viveiros como o segundo arranjo produtivo mais frequente evidencia a intenção de produzir alimentos para a merenda escolar, alinhando-se ao Plano Nacional “Plantar Árvores, Produzir Alimentos Saudáveis”.

O Plano Nacional "Plantar Árvores, Produzir Alimentos Saudáveis", lançado pelo MST em 2020, propõe a meta de plantar 100 milhões de árvores em dez anos. A iniciativa integra a luta pela Reforma Agrária Popular com o enfrentamento à crise climática, por meio da recuperação de áreas degradadas, da implantação de sistemas agroflorestais e da promoção da produção de alimentos livres de agrotóxicos. O plano reafirma o compromisso do movimento com a agroecologia e com a preservação ambiental, buscando também fazer frente aos impactos socioambientais gerados pelo agronegócio.

Segundo o MST (2020), trata-se de “um plano de ação de massa, enraizado nos assentamentos, acampamentos e territórios organizados pelo Movimento, como parte da construção da Reforma Agrária Popular, do enfrentamento à crise climática e da produção de alimentos saudáveis para o povo brasileiro”. A proposta articula-se com a formação de brigadas ambientais, ações de educação ecológica e fortalecimento de experiências coletivas já desenvolvidas nas áreas de assentamento e escolas.

Outro ponto importante foi a superação de desafios estruturais, como a falta de sistemas de irrigação, que anteriormente limitava a produção ao longo do ano e resultava em perdas significativas. Com os recursos do projeto, foi possível resolver esse problema e adquirir ferramentas e equipamentos essenciais para o trabalho de campo.

Além disso, houve um engajamento notável das crianças nas atividades práticas, o que

fortaleceu o aprendizado e a conexão com o ambiente escolar.-As famílias dos estudantes também foram envolvidas nas ações do plano nacional, consolidando a relação entre a escola e a comunidade por meio das práticas agroecológicas (MST, 2024). Esses avanços demonstram o impacto positivo de investir em educação agroecológica, promovendo benefícios tanto no processo educativo quanto no fortalecimento da comunidade escolar.

As diferentes formas de inserção da agroecologia no trabalho pedagógico das escolas apresentam características diversas, refletindo tanto as especificidades regionais quanto as condições estruturais de cada instituição. Conforme aponta o relatório de Sistematização do Projeto (2024), a seguir indicamos os períodos específicos em que as escolas conseguem desenvolver o trabalho teórico-prático voltado à educação em agroecologia.

Na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Joceli Correa, no Rio Grande do Sul, a disciplina de Agroecologia foi retirada após a reformulação curricular imposta pelo estado, mas o tema continua sendo abordado em algumas disciplinas graças à colaboração das(os) professoras(es). Os estudantes do último ano do ensino médio realizam um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), com pesquisa sócio-antropológica, que é defendida perante uma banca.

No Paraná, o Colégio Estadual Aprendendo com a Terra e com a Vida e a Escola Municipal do Campo Zumbi dos Palmares organizam o tempo educativo por meio do Núcleo Setorial, uma estrutura de reagrupamento de estudantes em três áreas: agrícola/agroflorestal, saúde e bem-estar, e arte e cultura. Os estudantes escolhem suas áreas de interesse e participam de um sistema rotativo e replanejado a cada semestre.

Já nas escolas do assentamento em São Paulo, como a Escola Municipal Terezinha de Moura Rodrigues Gomes, a agroecologia é abordada de acordo com a disponibilidade das/os professoras/es, e nas escolas com ensino integral, ela se insere nas disciplinas eletivas e na educação por projetos. Em Minas Gerais, na Escola Municipal Elisabeth Teixeira, a agroecologia ocorre conforme o planejamento escolar e a colaboração dos educadores.

Em Mato Grosso, a Escola Estadual Florestan Fernandes oferece oficinas para as/os estudantes do ensino fundamental e médio, além de disciplinas eletivas no ensino médio. Da mesma forma, a Escola Municipal São Judas, no Mato Grosso do Sul, organiza oficinas no contraturno escolar, realizadas três vezes por semana.

Na Bahia, a Escola Municipal Emiliano Zapata mantém uma disciplina de agroecologia e promove uma semana interdisciplinar culminando no “Dia D”, uma aula externa anual em defesa do meio ambiente. No Ceará, a Escola de Ensino Médio do Campo Filha da Luta Patativa

do Assaré organiza seu currículo com base em “Complexos de Estudo”, que incluem componentes como Organização do Trabalho e Técnicas Produtivas (OTTP), Práticas Sociais Comunitárias (PSC) e Projeto Estudo e Pesquisa (PEP), com uma unidade curricular específica sobre Agroecologia e agroecossistemas.

No Maranhão, o Centro de Educação do Campo Roseli Nunes oferece uma disciplina de Agroecologia com 80 horas de duração, além de disciplinas das ciências agrárias, também condicionadas à disponibilidade dos professores. No Pará, a Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Carlos Marighella organiza uma disciplina complementar chamada “Vivência no Campo”, além de oficinas e atividades comunitárias, como rodas de leitura realizadas nas comunidades duas vezes por mês. Assim, frente a essas percepções, é possível identificar a inserção da práxisagroecológica em diferentes experiências escolares. Nessa direção, Caldart (2023) aponta para a seguinte ideia:

A agroecologia, entendida como práxis, ou seja, na conexão prática, ciência, luta, é pilar fundamental da construção da RAP. Porque ela materializa uma transformação na matriz de produção e, portanto, na forma de trabalhar com a terra pela qual se luta, garantindo sua função efetivamente social. Essa transformação envolve uma nova concepção das finalidades da produção, de pensar e fazer a relação entre o ser humano e a natureza de que ele é parte e de pensar e organizar as relações entre os seres humanos para realização do trabalho social. No centro motor da matriz de produção está, pois, uma forma concreta de trabalho humano, na práxis agroecológica concretizado na forma de conceber e manejar agroecossistemas (Caldart, 2023, p. 2).

A reflexão de Caldart (2023) sobre a agroecologia como práxis, que conecta prática, ciência e luta, destaca seu papel central na transformação da matriz de produção e no fortalecimento das relações sociais e ecológicas, fundamentais para a construção da Reforma Agrária.

Essas ações demonstram como a Agroecologia é integrada de maneiras diversas, ora de forma mais sistematizada, como em disciplinas específicas, ora em projetos e oficinas que envolvem a colaboração entre professoras(es) e comunidades. Essa diversidade também se revela nas formações em Agroecologia, que cumprem um papel fundamental no fortalecimento dos vínculos entre escola e território, articulando saberes populares e científicos em práticas pedagógicas contextualizadas.

### **As formações em Agroecologia**

Desencadear processos formativos em Agroecologia nas escolas foi, sem dúvida, uma das grandes proposições deste projeto, considerando que essa é uma das principais demandas

tanto das(os) educadoras(es) quanto dos(as) estudantes das escolas envolvidas. As formações foram planejadas e realizadas a partir de uma condição material singular: o projeto foi implantado em âmbito nacional, o que trouxe como potencialidade a diversidade de sujeitos e realidades, mas também gerou desafios no acompanhamento direto e contínuo de cada contexto local. Ao todo, mais de trezentos educadores(as) estiveram envolvidos(as), distribuídos(as) entre as onze escolas participantes.

Essa experiência dialoga com a reflexão de Batista (2007, p. 182), ao afirmar que “... preciso pensar um currículo centrado no campo e nos sujeitos, num fazer pedagógico que possibilite pensar a terra, pensar a vida dos sujeitos”. Nesse sentido, é necessário uma política de educação vinculada à cultura dos diferentes povos do campo, que valorize a identidade camponesa (Batista, 2007). Isso implica em construir práticas pedagógicas que respeitem e integrem a realidade das(os) camponeses(as).

Nessa direção, a formação continuada voltada à Educação Básica no campo deve ser construída a partir da vivência comunitária e das práticas sociais. A/O educador(a) do campo deve, como destacam Ribeiro *et al.* (2017):

... necessariamente precisa estar vinculado ao povo, precisa entender o projeto educativo das escolas do MST e das escolas do campo e com isso compreender que a escola não é uma ilha, mas parte desta construção histórica e que a Agroecologia é uma prática social que não se constrói murada na escola. A elaboração de materiais didáticos e os estudos continuados são condições para melhor compreensão do currículo; há muitos materiais de Agroecologia, no entanto, é necessário adequar sua linguagem para que professores e estudantes possam se apropriar melhor destes conhecimentos. A Agroecologia deve permitir a análise crítica da realidade. A relação com a comunidade é essencial no processo educacional; neste contexto o território é a matéria-prima viva dos estudos, sendo necessário articular os conhecimentos escolares dos estudantes com a organização social e produtiva (Ribeiro *et al.*, 2017, p. 18).

Ao considerar a necessidade de uma formação continuada de educadores, fica evidente a relação comunitária no processo educacional. Compreendendo que o território é a matéria-prima viva dos estudos, sendo necessário articular os conhecimentos escolares dos estudantes com a organização social e produtiva.

Nessa mesma direção, Araújo e Silva (2011) apontam que o campo de debate e formação, consolidado nas lutas dos trabalhadores e trabalhadoras do campo, amplia-se para as esferas sociais e educacionais dos territórios camponeses. Para os autores (Araújo & Silva, 2011, p. 44):

A formação é conhecimento desenvolvido a partir da apreensão da realidade social analisada no processo de aprendizagem. Aponta para a mudança do indivíduo e da sociedade para que este

sujeito, organizado, passe a dialogar e agir para contribuir com a transformação da realidade autores (Araújo & Silva, 2011, p. 44).

Com base nessa compreensão, buscou-se construir espaços formativos capazes de mobilizar desde o Setor de Educação até educadoras(es) e estudantes nas escolas. A seguir, são descritos os principais espaços formativos promovidos pelo projeto, bem como seus impactos, com base na análise do documento de Sistematização do Projeto (MST, 2024).

### **Formações Nacionais: Articulação da Coordenação Política Pedagógica (CPP), Gestores Escolares e Agroecologia**

As formações nacionais promoveram encontros entre a Coordenação Política Pedagógica (CPP) ampliada e os gestores escolares, com o objetivo de aprofundar os estudos sobre a agroecologia no contexto da luta pela terra, com ênfase no “Plano Nacional Plantar Árvores, Produzir Alimentos Saudáveis”. Esses espaços de formação permitiram refletir sobre as disputas de projetos na Educação do Campo e suas implicações na prática pedagógica, além de fomentar estratégias para a implementação da agroecologia nas escolas do MST.

As sínteses coletivas oriundas desses encontros subsidiaram o planejamento comum das formações escolares, orientado por princípios como a cooperação, o enfrentamento das violências estruturais e a denúncia ao modelo do agronegócio. A Reforma Agrária Popular foi reiterada como alternativa viável para geração de renda e cuidado com os bens comuns, especialmente frente à precarização do trabalho e aos desastres ambientais. Tal concepção está vinculada à proposta de Caldart (2023), que compreende a Reforma Agrária Popular como um projeto político que articula a luta pela terra com a construção de territórios com a defesa da educação como direito coletivo e instrumento de emancipação.

Destaca-se que o MST já assumiu, enquanto decisão política, o compromisso com a agroecologia, sendo necessário avançar em sua efetivação prática. Iniciativas como quintais produtivos, sistemas agroflorestais e produção orgânica de arroz agroecológico sinalizam esse caminho, exigindo, contudo, um debate aprofundado sobre matriz tecnológica e infraestrutura adequada.

Nesse processo, a produção de bioinsumos e a criação de biofábricas surgem como alternativas à dependência de insumos externos, ao lado da organização de cadeias produtivas articuladas à comercialização via políticas públicas. Tal complexidade demanda formação técnica e científica contínua, articulada à valorização dos saberes populares e à formação

política.

A partir dessas reflexões, o “Plano Nacional Plantar Árvores, Produzir Alimentos Saudáveis” emerge como ferramenta estratégica de denúncia, resistência e formação de consciência ambiental, tendo como diretrizes: fomentar práticas coletivas, estimular sistemas produtivos sustentáveis e fortalecer ações de mobilização junto à sociedade civil. Esse processo redefine o papel da escola do campo, ampliando sua função social para também assumir uma dimensão ambiental e formadora de sujeitos críticos e comprometidos com a transformação social. Conforme indicam Caldart (2012) e Ribeiro, *et al* (2017), a escola do campo deve estar profundamente vinculada aos territórios e aos projetos de vida dos povos que os habitam, atuando como um espaço de formação integral, política e cultural.

### **Estudo do Dicionário de Agroecologia e Educação: Ampliação do Conhecimento e Fortalecimento dos Coletivos Escolares**

A introdução do Dicionário de Agroecologia e Educação (Caldart, 2023), fruto de uma parceria entre o MST, a Editora Expressão Popular e a Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz), representou um marco na formação de educadores no campo. A publicação, composta por 106 verbetes escritos por 169 autores de 68 instituições, foi utilizada como base para estudos dirigidos, organizados de maneira híbrida nas escolas.

Cada educador recebeu um exemplar do dicionário, e os estudos foram realizados em três etapas: apresentação em vídeo pelos autores dos verbetes, leitura e debate coletivo nas escolas e, por fim, plenárias virtuais para aprofundamento dos temas com os autores. Entre os verbetes estudados, destacam-se: Agroecologia (Nívea Regina & Dominique Guhur), Agroecossistemas (Denis Monteiro), Pedagogia do Capital (Virgínia Fontes), Pedagogia do Trabalho (Caroline Banhuk), e Educação do Campo e Agroecologia (Roseli Caldart).

Essa proposta formativa teve impactos significativos: estímulo à criação de coletivos de estudo; sistematização em vídeo das discussões; fortalecimento da presença da agroecologia na rotina escolar; ampliação da compreensão dos educadores sobre a transversalidade da agroecologia no currículo; promoção de intercâmbios entre educadores de diferentes regiões; exemplo de socialização com estudantes no curso técnico da Escola Roseli Nunes (MA); facilitação da inserção de novos educadores na temática agroecológica. Assim, o uso do dicionário não apenas enriqueceu o repertório teórico e prático dos professores, como também contribuiu para consolidar a agroecologia como eixo formativo transversal nas escolas do campo.

## **Ações Formativas Vinculadas ao “Plano Nacional Plantar Árvores, Produzir Alimentos Saudáveis”**

Como já apresentado anteriormente, a formação de educadores vinculados ao “Plano Nacional Plantar Árvores, Produzir Alimentos Saudáveis” consolidou o plano como instrumento educativo e de mobilização coletiva. A proposta reforça o papel da escola na formação de sujeitos críticos e conscientes de seu papel na preservação ambiental e na luta por outro modelo de desenvolvimento.

As ações formativas desenvolvidas foram diversas, incluindo: visitas de representantes do coletivo do Plano às escolas; participação de educadores no Curso Nacional de Viveiros (2022); inserção na Plenária Virtual Egídio Brunetto (2022); participação no Curso Nacional sobre a Questão Ambiental na ENFF (2023); inclusão do Plano nas três edições do Curso Básico de Agroecologia e Educação (2023); estudo do Caderno 2 de Agroecologia – *Plantar Árvores, Produzir Alimentos Saudáveis* nas escolas. Essas iniciativas favoreceram o enraizamento dos princípios agroecológicos no cotidiano escolar, criando vínculos entre as dimensões formativa, política e ambiental.

Compreendemos que ao abordar desde a produção de mudas até a articulação em redes de agroflorestas adaptadas aos biomas locais, o plano propôs uma práxis pedagógica que valoriza o território como espaço de vida, luta e saber.

A formação fomentou o fortalecimento da Educação do Campo enquanto processo comprometido com a Reforma Agrária Popular, e reforçou o papel da escola como espaço de resistência, formação técnica e produção de conhecimento enraizado nas realidades locais. Com isso, educadoras(es) e estudantes passaram a assumir um papel ativo na construção de territórios socialmente justos.

### **Cursos Básicos de Agroecologia e Educação**

Os Cursos Básicos de Educação e Agroecologia tiveram como objetivo principal criar um espaço de reflexão sobre os desafios enfrentados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e contribuir para a construção de práticas agroecológicas nas escolas e nos territórios. Esses cursos possibilitam que educadoras e educadores discutam o papel da educação básica na implementação da agroecologia como um princípio formativo e organizativo.

Entre os principais propósitos, destaca-se a ampliação do número de educadores(as)

comprometidos(as) com a compreensão crítica do contexto atual das questões agrárias e ambientais. Além disso, buscou-se fortalecer a conexão entre teoria e prática, dentro e fora das escolas, promovendo o enraizamento da agroecologia como uma prática pedagógica e política.

Essa trajetória não começou do zero. Foi inspirada nas experiências acumuladas pelas edições anteriores do Curso Básico de Educação em Agroecologia na Região Nordeste, com quatro turmas realizadas: Bahia (2016), Paraíba (2017), Ceará (2018), Pernambuco (2019) e Rio Grande do Norte (2023). Os principais participantes foram educadoras(es) das escolas do campo, coordenadoras(es) pedagógicas(os), militantes dos setores de saúde, produção, educação e formação, assentados(as), acampados(as), membros da assistência técnica, além de parceiros do MST e da Via Campesina.

Nesse processo formativo, buscou-se resgatar a trajetória, a historicidade e as experiências relacionadas à agroecologia, com o intuito de construir diretrizes políticas para o trabalho pedagógico nas escolas e avançar na elaboração de currículos agroecológicos. O objetivo não é burocratizar o ensino por meio de um currículo engessado, mas sim integrar os fundamentos teórico-metodológicos da agroecologia às diversas áreas do conhecimento. Assim, pretende-se promover uma educação comprometida com a transformação social e o fortalecimento de uma cultura agroecológica, alinhada a um projeto emancipatório.

Em 2023, foram realizados três cursos regionais, com a participação de 330 pessoas, sendo 198 mulheres e 132 homens: Região Amazônica (Açailândia/MA): 110 participantes; Região Nordeste (Ceará-Mirim/RN): 120 participantes; Região Sul (Fraiburgo/SC): 100 participantes. Os temas abordados ao longo das formações incluíram: Conjuntura Educacional Brasileira; Questão Agrária e o Projeto da Reforma Agrária Popular; Gênero, Sexualidade, Raça e Violências; História da Agricultura e da Agroecologia; Pedagogia do Movimento; A ofensiva do agronegócio na educação básica; Efeitos dos agrotóxicos e a Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida; Diretrizes Curriculares das Escolas do Campo; Sistemas Agroflorestais e os Biomas Brasileiros; Plano Nacional "Plantar Árvores, Produzir Alimentos Saudáveis".

Além das discussões teóricas, as formações contaram com oficinas de sequências didáticas, atividades práticas em agroecologia e momentos de socialização de experiências das escolas participantes, com destaque especial para aquelas envolvidas diretamente no projeto.

Para apoiar o processo formativo, foi produzido o Boletim da Educação nº 17, intitulado “Cursos Básicos de Agroecologia e Educação – Orientação Geral e Textos para Estudo” (MST, 2023), com o apoio da Fundação Rosa Luxemburgo. Posteriormente, esse material foi enviado

às escolas como subsídio às práticas pedagógicas.

Essa experiência articula-se com os fundamentos teóricos da Educação do Campo, especialmente nas contribuições de Caldart (2023) e Ribeiro, *et al* (2017). Para Caldart, a Agroecologia é central na Educação do Campo, e a escola deve se enraizar na história, no território, no trabalho e na cultura das comunidades camponesas. Ribeiro, *et al* (2017), por sua vez, ressalta a perspectiva da Pedagogia do Movimento, e o potencial de transformar a realidade, atuando “em um contexto social e ecológico determinado, a partir do conhecimento que a escola pode sistematicamente construir com a participação dos educadores e dos educandos” (Ribeiro *et al.*, 2017, p. 14). Ressalta a importância de reconhecer os sujeitos do campo em sua diversidade e historicidade, superando a visão marginalizadora com a qual tradicionalmente foram tratados.

Assim, as ações aqui relatadas expressam uma prática pedagógica que ultrapassa os muros da escola, integrando formação política, técnica e territorial, e contribuindo para a consolidação da Reforma Agrária Popular como projeto educativo e social.

### **Considerações Finais**

Para finalizar, retomamos os objetivos que orientaram este estudo, voltados à sistematização das ações e experiências formativas do Projeto “Educação e Agroecologia nas Escolas do Campo de Territórios da Reforma Agrária”. A análise evidenciou que a integração da Agroecologia às práticas pedagógicas das escolas do campo vinculadas ao MST constitui um processo formativo, político e coletivo, construído em meio a um contexto de crises que desafiam os territórios da Reforma Agrária.

As experiências desenvolvidas demonstram que a Agroecologia, ao articular saberes, trabalho e luta social, fortalece os Projetos Políticos Pedagógicos, potencializa a formação docente e reafirma a Educação do Campo como espaço de resistência e transformação. Os dados sistematizados ao longo do projeto, que envolveu 11 escolas distribuídas pelas cinco regiões do país, com a participação de 258 educadores(as) e cerca de 2.305 estudantes, revelam avanços significativos na consolidação de práticas agroecológicas no ambiente escolar. Assim, as experiências de hortas, viveiros, compostagem e agroflorestas contribuíram para integrar teoria e prática, fortalecer o vínculo entre escola e comunidade e promover a autonomia pedagógica dos coletivos escolares.

O fortalecimento de parcerias foi essencial para viabilizar essa proposta. Destaca-se o apoio da organização internacional “Terra dos Homens”, bem como a articulação entre os setores de

juventude, produção, formação e comunicação do MST, que conferiram robustez às ações nos territórios. Entretanto, o percurso também evidenciou desafios importantes, como a dificuldade na sistematização contínua das ações e a diversidade das realidades locais, que impactaram o monitoramento e a documentação detalhada das experiências. A não consolidação de sistematizadores em todas as escolas comprometeu, em parte, a continuidade do registro das vivências.

Apesar dessas limitações, o projeto alcançou avanços significativos: promoveu intercâmbios, realizou encontros formativos e fomentou produções pedagógicas que consolidaram o diálogo entre Educação e Agroecologia. A utilização de mídias sociais, como *Instagram* e *YouTube*, emergiu como ferramenta estratégica para a partilha de práticas, a visibilidade das experiências e o fortalecimento de redes de luta e aprendizagem.

Assim, reafirma-se o papel das escolas do campo como espaços de “polinização” da Agroecologia, na medida em que articulam práticas pedagógicas, saberes ancestrais, organização comunitária e resistência política. A incorporação da Agroecologia como eixo transversal dos Projetos Políticos Pedagógicos representa um avanço concreto na construção de uma Educação do Campo comprometida com a emancipação humana, a soberania alimentar e a preservação dos bens comuns. O percurso vivido, com suas conquistas e limites, deixa como legado não apenas registros, mas sementes de transformação para a luta por uma Reforma Agrária Popular e por uma escola *do e no* campo.

## Referências

Araújo, I. X., & Silva, S. B. da. (2011). *Educação do campo e formação sociopolítica do educador*. João Pessoa: Editora UFPB.

Batista, M. do S. X. (2007). Movimentos sociais e educação popular do campo: (re)construindo território e a identidade camponesa. In M. de L. P. de Almeida & E. Jezine (Orgs.). *Educação e movimentos sociais: novos olhares* (pp. 169–190). Campinas, SP: Editora Alínea.

Bringel, B., & Varella, R. V. S. (2016). A pesquisa militante na América Latina hoje: Reflexões sobre as desigualdades e as possibilidades de produção de conhecimentos. *Revista Digital de Direito Administrativo*, 3(3), 474–489. <https://doi.org/10.18601/21452946.n3.16>

Caldart, R. S. (2023, março 28–31). *Agroecologia, Plano Nacional Plantar Árvores, Produzir Alimentos Saudáveis e Educação* [Texto de exposição]. Reunião do Coletivo Nacional de Educação do MST – ENFF.

Caldart, R. S., et al. (Orgs.). (2012). *Dicionário da educação do campo*. Rio de Janeiro, São Paulo:

Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; Expressão Popular.

Expressão Popular, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), & Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz). (2021). *Dicionário de agroecologia e educação*. São Paulo: Expressão Popular.

Holliday, O. J. (2012). *A sistematização de experiências: Prática e teoria para outros mundos possíveis* (D. Grafée & S. Pinevro, Trads.; E. M. F. Falkembach, Colab.). Brasília: CONTAG.

Loureiro, B. (2021). [Declaração sobre bens comuns]. In Expressão Popular, MST & EPSJV/Fiocruz, *Dicionário de agroecologia e educação* (s./p.). São Paulo: Expressão Popular.

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). (2022). *Plano Nacional Plantar Árvores, Produzir Alimentos Saudáveis* [Caderno 2]. São Paulo: MST.

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). (2022). *Relatório: Memória geral do encontro de educação e agroecologia nas escolas do campo de territórios da Reforma Agrária*. Contagem-MG.

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). (2022). *Relatório sistematização do Projeto Educação e Agroecologia nas escolas do campo de territórios da reforma agrária*.

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). (2023). *Cursos básicos de agroecologia e educação: Orientação geral e textos para estudo* (1. ed.; Caderno de Educação n.º 17). São Paulo: MST.

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). (2024). *Relatório sistematização do Projeto Educação e Agroecologia nas escolas do campo de territórios da reforma agrária*.

Ribeiro, D. S., Tiepolo, E. V., Vargas, M. C., & Silva, N. R. da. (2017). Agroecologia na educação básica: Questões propositivas de conteúdo e metodologia. In R. Caldart (Org.). *Caminhos para a transformação da escola 4: Trabalho, agroecologia e estudo nas escolas do campo* (1ª ed., pp. 83–92). São Paulo: Expressão Popular.

Sousa, R. P. (2017). Agroecologia e educação do campo: Desafios da institucionalização no Brasil. *Educação & Sociedade*, 38(140), 631–648. <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302017180924>

---

<sup>i</sup> O relatório de avaliação externa do projeto, referente a setembro de 2024, teve como objetivo apresentar os resultados e impactos da iniciativa para a instituição financiadora.

#### Informações do Artigo / Article Information

Recebido em: 11/04/2025  
Aprovado em: 09/10/2025  
Publicado em: 17/12/2025

Received on April 11th, 2025  
Accepted on October 09th, 2025

---

Published on December, 17th, 2025

**Contribuições no Artigo:** Os(as) autores(as) foram os(as) responsáveis por todas as etapas e resultados da pesquisa, a saber: elaboração, análise e interpretação dos dados; escrita e revisão do conteúdo do manuscrito e; aprovação da versão final publicada.

**Author Contributions:** The authors were responsible for the designing, delineating, analyzing and interpreting the data, production of the manuscript, critical revision of the content and approval of the final version published.

**Conflitos de Interesse:** Os(as) autores(as) declararam não haver nenhum conflito de interesse referente a este artigo.

**Conflict of Interest:** None reported.

#### **Avaliação do artigo**

Artigo avaliado por pares.

#### **Article Peer Review**

Double review.

#### **Agência de Fomento**

Não tem.

#### **Funding**

No funding.

#### **Como citar este artigo / How to cite this article**

APA

Wanderley, K. K. S., & Ribeiro, D. S. (2025). Experiências de Agroecologia em escolas do campo de territórios da Reforma Agrária. *Rev. Bras. Educ. Camp.*, 10, e19735.